

ESTRATÉGIAS PARA A AMAZÔNIA 1990/2000 A DÉCADA VITAL

Excerto de documento elaborado pela ESG

Pressões internacionais querem a preservação radical da cultura indígena e seu enquistamento no espaço nacional. Essas ações externas perturbam a paz social e para sua eliminação será preciso aceitar a evolução da questão conflituosa para o estado de guerra

OBJETIVOS

Objetivo Síntese:

Integração do espaço amazônico ao núcleo do Poder Nacional do Brasil.

Objetivos Gerais:

- a) Sinergia dos empreendimentos naturais da região com o psicossocial dos amazônidas e do restante da Nação.
- b) Maximização das ações de desenvolvimento, tendo em conta os levantamentos regionais existentes: hídricos, geológicos e cobertura vegetal.
- c) Adaptação às ações extra-Amazônia e suas resultantes locais à cultura e às vocações regionais: manejo florestal, pesca, caça, aquacultura, mineração, pecuária, agricultura (permanente e cíclica) e turismo.
- d) Consolidação dos núcleos urbanos para apoio às periferias rurais e como bases logísticas de apoio aos povoados distantes e isolados, satélites naturais daqueles núcleos.
- e) Ocupação seletiva de áreas-chave, indispensáveis à consolidação dos eixos principais da articulação ecológica da Amazônia.
- f) Garantia de operacionalidade das hidrovias, vias terrestres e vias aéreas indispensáveis às movimentações necessárias à logística dos núcleos e áreas-chave principais.

ÓBICES

Óbices são obstáculos, de toda ordem, que dificultam ou impedem a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais.

Eles podem ser fatores adversos ou antagonismos. Aqueles são destituídos de sentido contestatório, geralmente decorrentes de causas naturais; estes já são decorrentes de ação ou manifestação de atitude deliberada e contestatória, de origem volitiva, que as contrapõem à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP).

Se o antagonismo dispuser de poder, isto é, se à vontade deliberada de se contrapor aos esforços de comunidade nacional se soma alguma capacidade de obter efeitos através de qualquer meio (força, ameaças, estratégias) que dificulte a conquista e manutenção dos ONP, este antagonismo qualifica-se como pressão.

As pressões podem se exercer de forma direta ou indireta, podem apresentar características manifestas ou latentes e significarem, portanto, perigo atual ou potencial. Daí o conceito de que as pressões são antagonismos em que a vontade contestatória se manifesta com capacidade para se contrapor à conquista e manutenção dos ONP.

Entretanto, quando um antagonismo atua de forma significativa, com capacidade de dificultar ou impedir a conquista e manutenção dos ONP, sua qualificação evolui para pressão dominante, que é conceituada como antagonismo e que, por sua importância e natureza, constitui ameaça ponderável à conquista e manutenção dos ONP.

A superação de pressões dominantes exige medidas especiais, que escapam ao comum da vida nacional. Em razão delas, pode o Estado chegar ao recurso extremo da guerra, desde que se tenham revelado infrutíferos seus esforços no sentido de eliminá-los ou reduzi-los por outros meios.

Existe uma idéia preservacionista de quase intocabilidade dos recursos naturais da Amazônia. A exacerbação dessa pressão irá rapidamente se tornar pressão dominante capaz de ameaçar os Objetivos Nacionais Permanentes, que cumpre preservar

Com essas idéias em mente, passamos a verificar os fatores adversos e antagonismos que se interpõem à conquista e manutenção dos Objetivos já mencionados.

a) Fatores Adversos

1) Distâncias - acarretam dificuldades de ligação.

2) Clima - a interação homem-ambiente é hidrodependente, há uma inospicidade natural que favorece endemias e doenças típicas do trópico úmido.

3) Muitas áreas indígenas - o excesso de áreas e seu espalhamento na região dificulta o isolamento físico e geográfico das questões. O fato delas serem muito grandes e, em grande parte, localizadas em regiões de fronteira, pode trazer ao problema implicações internacionais, passando este fator adverso a evoluir para nível de pressão antagônica aos interesses brasileiros.

b) Antagonismos

Como pressões, são identificados os seguintes óbices:

4) Contrabando - traz uma descrença da autoridade do Estado nos locais onde ocorrem, além de negar a entrada de receita alfandegária para os cofres do Tesouro Nacional.

5) Narcotráfico - associado natural do estado de descumprimento da Lei e da corrupção das autoridades que o aceitam ou toleram, de vontade própria ou sob coação do poder armado dos narcotraficantes, que impõem sua lei nos locais onde se cultiva, processa e comercia a droga, se de parceria com a guerrilha insurrecional - contra o Governo - e com ligações internacionais aos países fronteiriços, ou outros, o óbice muito se agrava porque cresce seu poder.

6) Governo próprio em áreas indígenas - esta é uma permanente tentativa externa de internacionalizar partes da Amazônia, a começar pelos enclaves indígenas, utilizados pelas Organizações Não-Governamentais (ONG) como ponta-de-lança na discussão das questões da Amazônia, certamente, com no mínimo, a complacência dos governos onde estão as sedes dessas organizações, geralmente em países centrais ou quase-centrais da área ideológico-patrimonial dos Estados Unidos da América, Europa e Japão. Há um certo apoio da mídia nacional e uma parte da área artística e intelectual, nacional, assim como de setores da Igreja e empresas multinacionais, aos pleitos gerenciais dessas ONG o que, no mínimo, é muito útil para fortificar o óbice e nocivo ao interesse brasileiro.

7) Ativismo preservacionista - sob essa idéia geral, congregam-se variados setores e indivíduos da sociedade nacional e internacional, a partir de movimentos ecológicos e preservacionistas internacionais, geralmente nascidos em Organizações Não-Governamentais (ONG), que ecoam na intelectualidade e no modismo comportamental de pessoas formadoras de opinião no Brasil, Há uma natural mistura de interesses, onde a inocência e pureza de certos idealistas é aproveitada para manter adormecido o potencial amazônico brasileiro. A corrosão psicossocial causada por esta pressão contribui de modo direto para reduzir a liberdade de ação do país no trato dos problemas da Amazônia, já que existe uma idéia preservacionista de quase intocabilidade dos recursos, porque isso danificaria, irreversivelmente, a flora e fauna da Amazônia. Percebe-se, claramente, que a exacerbação dessa pressão, se deixado isto acontecer, irá transformá-la, rapidamente, em pressão dominante capaz de ameaçar Objetivos Nacionais Permanentes que cumpre preservar.

Como pressões dominantes, são identificadas as seguintes:

8) Desnacionalização do brasileiro - atenta contra os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), integração nacional, soberania e, por consequência indireta, contra a integridade do patrimônio nacional. Há um movimento internacional difuso, que não se pode, aprioristicamente, atribuir à orquestração ou conspiração de países já desenvolvidos, mas que produz efeito como se fosse daquele modo, sobre a idéia de internacionalização da Amazônia, a começar pela criação de áreas onde os seus habitantes atuais deixassem de ser submetidos ao controle e ação do Estado Brasileiro, sendo desnacionalizados como cidadãos da Pátria, um primeiro passo para a aceitação geral de "áreas liberadas" politicamente do Brasil com apoio internacional, inclusive o decorrente das ações deliberadas iniciais das ONG. O estabelecimento dessas cabeças-de-ponte políticas, se permitido ocorrer, demandará grande esforço brasileiro para sua eliminação, com provável recurso à guerra, como consequência de um conflito que não se consiga administrar e, ultima ratio, para redução dessa pressão dominante a um nível aceitável e administrável, que permita a preservação dos ONP ameaçados.

9) Preservação radical da cultura indígena, com aceitação de seu enquistamento no espaço nacional - esta pressão é muito semelhante à pressão no 7 anteriormente citada e pode produzir efeitos perversos semelhantes, agora pela via de antropologia aplicada, onde se pretende que o interesse internacional prevaleça sobre os Objetivos Nacionais Permanentes de integração nacional, soberania e progresso. A partir dos enquistamentos antropológicos que pressões internacionais tentam impor ao país, será depois possível impor sanções globais ao Brasil, com respaldo num direito internacional que coloque o país na condição de réu não-preservador de "grupos indígenas em extinção". Essas ações externas irão perturbar os ONP, a paz social. Irão negar nossa soberania e, para sua eliminação, poderá ser preciso aceitar a evolução da questão conflituosa para o estado de guerra.

ESTRATÉGIAS

Para o atingimento dos objetivos gerais anteriormente expostos (todos eles concorrendo para o objetivo-síntese) e para remoção ou contorno dos óbices levantados, são oferecidas as estratégias abaixo listadas, onde a letra minúscula que aparece entre parênteses, logo a seguir a cada uma delas, corresponde ao objetivo-geral para o qual concorre, enquanto o número corresponde ao óbice que é removido ou contornado pela estratégia respectiva.

Ao todo, são mais de duas dezenas as ações estratégicas indicadas. Preservar no Programa Especial Calha Norte e em providências que tenham por escopo a vivificação da linha de fronteiras, desde Corumbá até o Oiapoque, empregando, inclusive, efetivos e frações das Forças Armadas e servidores civis da União

E-l) Modelar o esforço amazônico sobre a idéia de que o esforço dos núcleos existentes maximizará a satisfação psicossocial da grande maioria de amazônidas

(habitantes desses núcleos) e proverá apoio logístico natural, como ondas de progresso, irradiando-se a partir deles para as respectivas periferias, limitando-se a criação de outros núcleos habitacionais apenas nos locais onde a segurança nacional assim o exija (exemplo: PECN, PROFFAO).

(a, d, e)

E-2) Aproveitar as idéias tecnológicas locais nos programas e projetos de desenvolvimento, especialmente nas atividades de construção civil e de construção naval, aceitando o aproveitamento da madeira como vocação óbvia regional e a experiência passada de pai para filho nessas atividades. (a)

E-3) Cristalizar, em torno da liderança brasileira, os signatários do Pacto Amazônico, implementando-o até suas últimas conseqüências no plano internacional sul-americano e mundial. (a, b, c, 4, 5)

E-4) Perseverar no Programa Especial Calha Norte e em providências que tenham por escopo a vivificação da linha de fronteiras, desde Corumbá até o Oiapoque, empregando, inclusive, efetivos e frações das Forças Armadas e servidores civis da União.

(a, b, e, 3, 4, 5, 8, 9)

E-5) Indicar, como membros natos na formulação e supervisão dos projetos governamentais para a Amazônia mais centros de estudos e pesquisa, universidades e instituições científicas da própria região, enfatizando a experiência local e o respeito à vocação e tradição ecológica dos espaços a ocupar e explorar. (a, b, 7)

E-6) Pesquisar, sob a direção preferencial das universidades e centros de pesquisas e estudo amazônico, as possibilidades tecnológicas de nossas árvores nobres e outras espécies vegetais, notadamente quanto à preservação e ao manejo florestal adequado à sua exploração, inclusive o aproveitamento farmacológico e as possibilidades de criação seletiva de animais autóctones da região, aves, peixes e quelônios, inclusive, para exploração comercial, preservando-se as matrizes e repovoando a selva do espécie em extinção, como subproduto político e ambiental do esforço desenvolvido. (a, c, 7)

E-7) Explorar o potencial hidroelétrico, oferecendo energia farta e barata aos núcleos principais, de onde deve-se irradiar o desenvolvimento, por ondas de progresso. (a, b, c, 2)

E-8) Considerar o aproveitamento local dos energéticos naturais, como o gás natural, para energizar projetos de desenvolvimento, que concorram para a integração do espaço amazônico ao núcleo do PN, respeitadas as vocações naturais. (b, c)

E-9) Preservar a reserva biológica, a diversidade e a virgindade genética das espécies de flora e fauna da região para emprego controlado em engenharia

genética e biotecnologia, sob severa e rígida supervisão do interesse brasileiro. (b, c, 7)

Transformar Rondônia em área produtora preferencial de alimentos para toda a Amazônia, utilizando Porto Velho como entroncamento, entreposto e depósito armazenador de grãos e outros produtos produzidos ao longo do escudo sul da fronteira Sul-Occidental

E-10) Incentivar as culturas existentes, evitando-se despender esforços em culturas exógenas à região, todavia sem prejudicar a pesquisa agropecuária local. (c, d)

E-11) Apoiar, a nível microrregional, o turismo e a atividade empresarial do homem-ele-mesmo, através de programas que considerem e valorizem a economia informal existente, trazendo-a para o estado de direito. (c, d, 8)

E-12) Satelizar a Zona Franca de Manaus, induzindo a criação de pequenas empresas brasileiras fornecedoras para as grandes empresas já existentes. (d)

E-13) Demonstrar à comunidade internacional, por ação de irradiação e nos seus satélites distantes, a firme vontade nacional de expandir a soberania harmonicamente em todas as expressões do PN, de modo integral, e em todos os rincões da Amazônia brasileira. (e, 8, 9)

E-14) Fortalecer os eixos ecopolíticos existentes: Belém--Santarém-Manaus-Tefé-Tabatinga, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul, Brasília-Belém--São Luís, Porto Velho-Manaus-Boa Vista. (e, 1)

E-15) Aparelhar (ou facilitar esta ação por iniciativa privada) os portos existentes (postos organizados e rudimentares) na malha hidroviária que conecta a Amazônia atlântica com o oceano. (e, t 1)

E-16) Remover obstáculos à navegação dos rios para embarcações regionais, especialmente nos trechos encachoeirados onde se fizer aproveitamento hidroelétrico (eclusas). (f, 1)

E-17) Construir eclusas também nas barragens já existentes (Tucuruí) e em construção. (f, 1)

E-18) Utilizar a linha seca da ligação da Amazônia Sul-Occidental, onde corre a rodovia BR-364, para lançar os trilhos de sua ferrovia, paralela à rodovia, que garanta a massificação do transporte no eixo Cuiabá-Porto Velho-Manaus, este último trecho pela hidrovia do Madeira, abaixo da usina de Samuel, iniciando a ferrovia a partir de Porto Velho para Cuiabá, com prioridade sucessiva para os trechos: Porto Velho-Ariquemes, Ariquemes- Ji-Paraná, Ji-Paraná-Vilhena e Vilhena-Cuiabá, até ser consumada a ligação de massa e ocupação econômico-

política dos trechos citados aos núcleos Cuiabá e Porto Velho, no escudo Sul da Amazônia Sul-Occidental. (a, f, 1)

E-19) Transformar Rondônia em área produtora preferencial de alimentos para toda a Amazônia, utilizando Porto Velho como entroncamento rodo-ferro-hidroviário, entreposto e depósito (macrosilo) armazenador de grãos e outros produtos agropecuários produzidos ao longo do escudo sul da fronteira Sul-Occidental da Amazônia. (d, e)

E-20) Irradiar, a partir do pólo-entroncamento Porto Velho, a ser criado, a exportação de produtos industrializados derivados de madeira e outros vegetais da área, bem como de minérios existentes na sub-região, como cassiterita e ouro. (b, e)

E-21) Especializar alguns centros de pesquisas regionais em doenças tropicais, buscando, inclusive, cooperação com entidades congêneres internacionais. (a, c)

E-22) Estimular a implantação da aquacultura, mediante uso de lagos e outras regiões naturais para pesquisa, desenvolvimento e produção de aves, mamíferos, peixes e quelônios, não só para consumo alimentar local mas, também, para uso comercial. (a, b, c)

A quantificação do custo dos programas e projetos precisa ser levada à apreciação do Governo e do Congresso, para que a Nação tome consciência do custo a ser pago para se obter a integração do espaço amazônico ao núcleo do Poder Nacional do Brasil

E-23) Impedir quaisquer isolamentos raciais ou étnicos, tendo em conta que o Brasil é um país de povo miscigenado, todavia sem destruir os verdadeiros valores indígenas (e, t, 8, 9)

E-24) Dialogar, a nível governamental, com as ONG, mostrando-lhes, permanentemente, as razões do interesse brasileiro em geral, e estabelecendo, também de modo permanente, um fórum sob controle do governo, para as ONG debaterem a Amazônia. (7, 8, 9)

RECOMENDAÇÕES

O detalhamento das estratégias e seu desdobramento, em programas e projetos, é o próximo passo para implementar esta Política para a Amazônia brasileira.

Isto, naturalmente, poderá ser feito com o concurso da experiência local e dos técnicos das agências especializadas em cada setor (instituições públicas e privadas, universidades, inteligência nacional). Tudo poderá ser centralizado num posto de controle global ou receber tratamento matricial.

A quantificação do custo dos programas e projetos precisa ser levada à apreciação do governo da Nação, de modo claro e transparente, como deve ser; precisa ser levada ao Congresso, para que a Nação tome consciência do custo a ser pago para se obter a integração do espaço amazônico ao núcleo do Poder Nacional do Brasil, o que mostrará, em face do desembolso possível, quais estratégias serão eleitas como de fácil execução a curto prazo (baixo custo), quais serão postergadas para o longo prazo.

Entretanto, há certas estratégias, como aquelas que procuram remover ou contornar óbices antagônicos que são, óbvia e mandatoriamente, estratégias de curto prazo, pois têm tudo a ver com o campo da segurança e, como sabemos, não há desenvolvimento sem a segurança que lhe corresponda.

A Amazônia é a reserva potencial para o Brasil entrar no século XXI com seus cidadãos em níveis de bem-estar e felicidade, nomes laicos para o Bem Comum e a Justiça Social, correspondentes aos que, hoje, têm os cidadãos do chamado Primeiro Mundo.

É só deixar acontecer, se esta for a Vontade Nacional.

Read more:

<http://www.oocities.com/toamazon/toafato4estrat.htm?201021#ixzz0uMW2zojB>